



PRÁTICA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA

PROGRAMA – 16 Horas

1. O âmbito da jurisdição administrativa e a competência dos tribunais

- 1.1. Noção e âmbito da Justiça Administrativa e competência dos tribunais administrativos
- 1.2. Os órgãos da Justiça Administrativa: os Tribunais Administrativos e a repartição de competências entre si (competência territorial e hierárquica)
- 1.3. Disposições e princípios fundamentais aplicáveis ao processo Administrativo

2. Pressupostos processuais relativos às partes

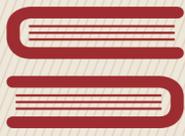
- 2.1. As partes: questões sobre capacidade e personalidade judiciárias, patrocínio forense e representação judiciária;
- 2.2. A legitimidade ativa e passiva
- 2.3. Ação popular e ação pública no Contencioso Administrativo: aspetos gerais
- 2.4. O interesse processual
- 2.5. Pluralidade de partes: coligação e litisconsórcio
- 2.6. A intervenção de terceiros no contencioso administrativo

3. As formas do processo administrativo: abordagem e quadro geral

- 3.1. A ação administrativa
- 3.2. A ação administrativa urgente

4. A ação administrativa

- 4.1. Ações de impugnação de atos administrativos
- 4.2. Ações de condenação à prática de atos administrativos devidos
- 4.3. Ações de impugnação de normas
- 4.4. Ações relativas à validade e execução de contratos
- 4.5. Ações entre particulares: breve referência
- 4.6. A marcha do processo



5. Processos urgentes (aspetos gerais)

5.1. Ação administrativa urgente

5.1.1. O contencioso eleitoral

5.1.2. O contencioso dos procedimentos de massa

5.1.3. O contencioso pré-contratual

5.2. As intimações (breve referência)

5.2.1. A intimação para prestação de informação, consulta de processos ou passagem de certidões

5.2.2. A intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias

6. Processos cautelares

6.1. Disposições comuns

6.2. Disposições particulares

6.2.1 Suspensão da eficácia do ato administrativo e de normas

6.2.2. Decretamento provisório da providência

7. Os recursos jurisdicionais

7.1. Espécies de recursos e regime aplicável

7.2. Os recursos ordinários

7.3. Os recursos extraordinários

8. O processo executivo (aspetos gerais)

8.1. As formas de processo executivo

8.2. A execução para prestação de factos ou de coisas

8.3. A execução para pagamento de quantia certa

8.4. A execução de sentenças de anulação de atos administrativo